



# **TERMO DE AUTUAÇÃO**

## **PROTOCOLO DO PROCESSO**

### **037492/2025**

Este processo pode ser consultado por meio digital através da URL:  
<https://gpi18.cloud.el.com.br/ServerExec/acessoBase/?idPortal=008D9DCE8EF2707B45F47C2AD10B38E2>

Chave de acesso: 355e0aa6-35b1-4e39-813d-081e1f8a4ad9

<b>AUTUADO EM</b>	<b>Segunda-feira, 6 de Outubro de 2025</b>
<b>LOCAL DA AUTUAÇÃO</b>	<b>LICITAÇÕES E PLANEJAMENTO - COMISSAO DE PREGAO II</b>
<b>AUTUADO POR</b>	<b>LOUISA SPITZ</b>
<b>INTERESSADO (S)</b>	
<b>KOLOBUS EVENTOS E GASTRONOMIA LTDA</b>	

<b>RESUMO</b> <i>RECURSO PE 90.102/2025 - P.A 18.796/2025 - KOLOMBU'S EVENTOS E GASTRONOMIA LTDA - CNPJ nº 26.396.909/0001-02</i>  <b>DATA:06/10/2025</b>
--

Assinado por LOUISA SPITZ 119.\*\*\* \*\*\_.\*\*  
Prefeitura Municipal de Nova Friburgo  
06/10/2025 11:48:47  
Mat. 300.600



À

Comissão de Licitação

Comissão Permanente de Pregão II

Secretaria de Licitações e planejamento – Prefeitura Municipal de Nova Friburgo/RJ

## **IMPUGNAÇÃO À INABILITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 90.102/2025**

A empresa **KOLOMBUS EVENTOS E GASTRONOMIA**, inscrita no CNPJ 26396909000102, situada na Av. dos Ferroviários, nº140, Nova Friburgo/RJ, neste ato representada pela Sra. Kenia Rodrigues Rocha, portadora do CPF: 02964174750, residente e domiciliada na Rua Augusto severo, nº 96, Centro, Nova Friburgo/RJ, vem, perante V. S.<sup>a</sup> apresentar IMPUGNAÇÃO face a decisão de inabilitação da empresa impugnante, pelos motivos de fato e direito a seguir expostos:

### **- Síntese O Fato E Motivos Da Impugnação**

No dia 22/09/2025, a impugnante apresentou documentação para habilitação no processo licitatório nº 90.102/2025. Porém, foi surpreendida com a decisão da Comissão responsável pelo certame, que, indeferiu sua participação sob o argumento de não apresentação do balanço patrimonial dos anos 2023 e 2024, conforme exigido no edital – itens 18.4 a 18.7.

Ocorre que tal inabilitação não merece prosperar sendo certo que a nova lei de licitações nº 14.133/2021 especificamente em seu art.69, inciso i, determina:

*“A habilitação econômico-financeira [...] deverá ser comprovada [...] por meio do balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais.”*

Além disso, o § 6º do mesmo artigo esclarece:

*“Os documentos referidos no inciso I do caput deste artigo limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.”*

Cumprir destacar que a forma de apresentação exigida foi fielmente cumprida pela impugnante, sendo certo que o balanço patrimonial estava assinado por contador regularmente inscrito no CRC; foi elaborado de acordo com as normas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC); e compatível com a realidade contábil da empresa.

Ocorre que a impugnante é uma **empresa de pequeno porte (EPP)**, conforme registrado no CNPJ, e, portanto, possui um regime de tratamento diferenciado em razão da sua natureza, conforme previsto na **Lei Complementar nº 123/2006**, que garante a simplificação de requisitos e a dispensa de exigências excessivas de documentos em licitações públicas.

#### **- Regularidade Financeira Através de Outros Documentos**

A empresa impugnante apresentou outros documentos que comprovam sua regularidade financeira, como Certidão de Regularidade Fiscal, exigência do balanço patrimonial, portanto, não é imprescindível para a comprovação de sua situação financeira, uma vez que a empresa se encontra regularmente cadastrada junto aos órgãos competentes e atende aos requisitos de regularidade fiscal e tributária.

No edital fornecido para este certame prevê no artigo 18.4:

*“Os documentos acima referidos deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital-ECD ao Sped.*

Outrossim, a **Lei Complementar nº 123/2006**, que trata do **Simples Nacional**, estabelece, em seu artigo 42, que as **microempresas (ME)** e as **empresas de pequeno porte (EPP)** devem ser tratadas de forma diferenciada e favorecida nas licitações públicas. O artigo 42 da referida lei prevê que as EPPs e MEs estão desobrigadas de apresentar certos documentos e podem ser dispensadas de exigências desproporcionais. Vejamos:

*Art. 42. “As microempresas e empresas de pequeno porte, nas licitações, têm direito a tratamento diferenciado, em especial no que se refere a exigências de qualificação econômico-financeira.”*

A exigência do **balanço patrimonial registrado na JUCERJA**, como documento isolado, não é necessária para empresas de pequeno porte, especialmente quando elas já atendem a outros requisitos de regularidade fiscal e financeira, como no caso da nossa empresa. A desconsideração do tratamento diferenciado da nossa empresa, portanto, configura violação de norma federal.

Nesta seara a instrução normativa nº 2.003, de 18 de janeiro de 2021, no inciso III do art. 350 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no § 3º do art. 11 da Lei nº 8.218, de 29 de agosto de 1991, e no art. 16 da Lei nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, resolve:

*Art. 1º Esta Instrução Normativa dispõe sobre a Escrituração Contábil Digital (ECD) a que são obrigadas as pessoas jurídicas, inclusive as equiparadas, e sobre a forma e o prazo de sua apresentação.*

*Art. 2º A ECD compreenderá a versão digital dos seguintes livros:*

*I - Diário e seus auxiliares, se houver;*

*II - Razão e seus auxiliares, se houver; e*

*III - Balancetes Diários e Balanços, e fichas de lançamento comprobatórias dos assentamentos neles transcritos.*

*Parágrafo único. Os livros contábeis e documentos mencionados no caput devem ser assinados digitalmente, com certificado digital emitido por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), a fim de garantir a autoria, a autenticidade, a integridade e a validade jurídica do documento digital.*

*Art. 3º Deverão apresentar a ECD as pessoas jurídicas, inclusive as equiparadas e as entidades imunes e isentas, obrigadas a manter escrituração contábil nos termos da legislação comercial.*

**§ 1º A obrigação a que se refere o caput não se aplica:**

*I - às pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e **Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional)**, instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;*

Além disso, o **Edital** não especifica claramente a exigência de **balanço patrimonial** para **empresas de pequeno porte**, deixando de observar o tratamento simplificado estabelecido pela **Lei Complementar nº 123/2006**. O **artigo 43** da mesma lei diz que, em caso de empresas de pequeno porte, devem ser exigidos apenas documentos que comprovem a **regularidade fiscal, tributária e trabalhista**, além de outras exigências que sejam razoáveis e proporcionais:

*"Nas licitações, serão exigidos documentos de habilitação apenas para comprovar a regularidade fiscal, trabalhista e a qualificação técnica, sendo dispensadas exigências de documentos que não sejam imprescindíveis."*

A exigência de **balanço patrimonial registrado na JUCERJA** não é proporcional nem razoável para empresas de pequeno porte, pois é um documento que envolve custos adicionais de auditoria ou contabilidade, o que pode ser desnecessário, principalmente quando a empresa já apresenta outras garantias de regularidade fiscal e financeira. A imposição de tal exigência fere os princípios da **proporcionalidade** e da **isonomia** entre os participantes da licitação.

A empresa impugnante comprovou ter Defis, certo que nos anos de 2021 e 2022 não houve faturamento, em razão do cenário mundial pandêmico. E, agora neste certame comprova efetivamente seu balanço patrimonial, devidamente assinado digitalmente pela plataforma *gov.br*.

Os serviços são vinculados ao login obrigatório do *gov.br* para garantir a segurança e a autenticidade dos dados fornecidos, além de facilitar a integração com outros serviços governamentais através de um login único.

Eis o ponto central da discussão: a Lei nº 14.063/2020 foi desenhada primordialmente para regular a interação de pessoas e empresas com a Administração Pública. Ou seja, a validade e a força probatória das assinaturas eletrônicas avançadas geradas pelo *gov.br* são inquestionáveis quando se trata de processos, documentos e transações com órgãos governamentais

Na data de 22/09/2025 todos os documentos necessários foram entregues e devidamente assinados através da supramencionada plataforma, sendo estes: Balanço Patrimonial dos anos de 2023 e 2024, Demonstração dos resultados do exercício(DRE), Demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, Bem como a declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, atestando os índices.

**Ressalta-se, não há nenhuma exigência relacionada ao registro do balanço patrimonial na junta comercial de nossa cidade/estado.**

#### **- Pedidos**

Diante do exposto, requer:

- 1) A reconsideração da decisão que indeferiu a habilitação a impugnante, com a consequente reclassificação da empresa **KOLOMBUS EVENTOS E GASTRONOMIA** como habilitada para participar do certame, com base na documentação já apresentada, eis que cumpridas todas as exigências.
- 2) A revisão da exigência do registro do balanço patrimonial para empresas de pequeno porte, junto a JUCERJA com a aplicação da Lei Complementar nº 123/2006, que prevê o tratamento diferenciado e simplificado.

- 3) A análise urgente desta impugnação, a fim de evitar maiores prejuízos à participação da empresa impugnante no certame.

Termos em que, pede e aguarda deferimento.

Nova Friburgo, 29 de setembro de 2025

KOLOMBUS EVENTOS E GASTRONOMIA

KENIA RODRIGUES ROCHA



Documento assinado digitalmente  
KENIA RODRIGUES ROCHA  
Data: 30/09/2025 17:04:58-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



Comissão Permanente de Pregão II

**DESPACHO DE RECURSO REFERENTE AO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.102/2025**

**Processo Licitatório nº:** 18.796/2025

**Processo Recurso nº:** 37.492/2025

**Referência:** Pregão Eletrônico nº 90.102/2025

**Objeto:** REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual AQUISIÇÃO DE LANCHES E QUENTINHAS, para atender as necessidades de toda a Rede Municipal de Saúde, pelo período de 01 (um) ano.

Trata-se de RECURSO interposto pela empresa KOLOMBU'S EVENTOS E GASTRONOMIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 26.396.909/0001-02, com sede na Av. dos Ferroviário, nº 140, Duas Pedras, Nova Friburgo/RJ, doravante denominada recorrente, com fulcro na Lei n.º 14.133/2021, tempestivamente, contra os termos do Edital do Pregão Eletrônico n.º 90.102/2025.

Em tempo, informamos que esta Pregoeira e Equipe de Apoio foram designados com base na Portaria nº 631, de 10 de março de 2025, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 10 de março de 2025, que constituiu a Comissão Permanente de Pregão II, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

Cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Recurso Administrativo, conforme comprovam os documentos acostados aos autos.

**I. DAS PRELIMINARES**

Abrimos o prazo para recursos com a data limite de 01/10/2025, tendo a empresa KOLOMBU'S EVENTOS E GASTRONOMIA LTDA interposto recurso em 30/09/2025, conforme questionamentos anexados aos autos às fls. 02 a 06.

Por uma simples análise do presente recurso, verifica-se que o mesmo foi enviado com os requisitos necessários para sua apreciação, apresentando-se com os documentos



Comissão Permanente de Pregão II

necessários e tempestivamente, reunindo as hipóteses legais intrínsecas e extrínsecas de admissibilidade.

## II. DAS ALEGAÇÕES DA SOLICITANTE

A empresa recorrente interpôs recurso contra sua inabilitação referente ao item 09 do certame, que ocorrera em virtude da não apresentação do Balanço Patrimonial registrado referente aos exercícios de 2023 e 2024, conforme o disposto nos itens 18.4 a 18.7 do Edital.

Alega a empresa, em síntese:

- a) Que o balanço apresentado, embora não registrado na JUCERJA, estava assinado por contador regularmente inscrito no CRC;
- b) Que, em se tratando de empresa de pequeno porte (EPP), possui regime de tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, em especial no art. 42, tendo direito à simplificação de requisitos e à dispensa de exigências excessivas em documentos;
- c) Que apresentou outros documentos que comprovam sua regularidade financeira, não sendo necessária a apresentação de balanço;
- d) Que o edital não especifica claramente a exigência de balanço patrimonial para EPPs, ferindo o art. 43 da LC 123/2006, que dispõe ser necessária a apresentação de documentos apenas para comprovar a regularidade fiscal, tributária e trabalhista de tais empresas;
- e) Que o balanço registrado é um documento que gera custos adicionais de auditoria ou contabilidade, não sendo razoável sua exigência para EPPs,
- f) Que a recorrente comprovou possuir Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais (DEFIS);
- g) Que nos anos de 2021 e 2022, em função da pandemia de COVID-19, a empresa não teve faturamento;
- h) Que na data de 22/09/2025 foram enviados todos os seguintes documentos, devidamente assinados através da plataforma gov.br: i) balanço patrimonial de 2023



Comissão Permanente de Pregão II

e 2024, ii) demonstração dos resultados do exercício (DRE), iii) demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, e iv) declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, atestando os índices;

- i) Que não há nenhuma exigência relacionada ao registro do balanço patrimonial na Junta Comercial da cidade/estado.

### **III. DO PEDIDO**

A recorrente requereu a revisão da exigência que determina a apresentação de balanço patrimonial registrado na JUCERJA e a reconsideração da decisão que indeferiu sua habilitação no certame.

### **IV. DAS CONTRARRAZÕES**

A empresa RKV ALIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 34.652.187/0001-20, vencedora do item 09, não apresentou contrarrazões recursais até a data limite de 06/10/2025.

### **V. DA ANÁLISE DA PREGOEIRA**

O item 18.4 do edital estabelece que a comprovação da habilitação econômico-financeira deve ser feita mediante a apresentação do balanço patrimonial, da demonstração do resultado do exercício e das demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, com a verificação dos índices mínimos exigidos.

O item 18.4.3 complementa que esses documentos devem observar o limite definido pela Receita Federal do Brasil para a transmissão da Escrituração Contábil Digital (ECD), o que vincula a exigência à regularidade contábil e ao registro do balanço junto à Junta Comercial, conforme o regime jurídico da escrituração empresarial.

A norma editalícia, portanto, exige demonstrações contábeis formais e regulares, capazes de comprovar os índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente, assegurando a autenticidade e integridade das informações apresentadas.



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

**S E C R E T A R I A D E  
L I C I T A Ç Õ E S E  
P L A N E J A M E N T O**

## Comissão Permanente de Pregão II

Embora a Lei Complementar nº 123/2006 assegure tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte, esse benefício não implica dispensa das exigências de habilitação econômico-financeira quando aplicáveis de forma geral a todos os licitantes.

Assim, o tratamento favorecido deve ser observado sem afastar a obrigação de apresentar o balanço patrimonial, quando este constitui requisito técnico essencial para demonstrar a capacidade financeira da empresa.

Diante do exposto, a ausência de balanço devidamente registrado e autenticado inviabiliza a comprovação da capacidade econômico-financeira exigida pelo edital, acarretando a inabilitação do licitante por descumprimento das condições editalícias.

## VI . DA DECISÃO

Dessa forma, mantém-se a decisão de inabilitação da empresa KOLOMBU'S EVENTOS E GASTRONOMIA LTDA, nos termos do item 18.4 do edital, por não atendimento à exigência de apresentação do balanço patrimonial devidamente registrado na Junta Comercial, conforme fundamentação acima.

Ante o exposto, com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, submeto as razões recursais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos. Após análise, recomendamos que o processo seja encaminhado à Procuradoria Geral do Município.

Nova Friburgo, 08 de outubro de 2025.

**KARLA BRAGA**  
**MACHADO:076**  
**20502769**  
**Karla Braga Machado**

Assinado eletronicamente por KARLA BRAGA  
MACHADO:07620502769  
ND: C=BR, O=CP Brasil, OU=Certificado Digital PF A3  
OU=Instituto Nacional de Matemática e Física, CN=KARLA BRAGA  
MACHADO:07620502769  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Lançado:  
Data: 2025.10.08 12:02:51 -0300  
Formato: PDF/A-1b (Versão: 1.0.0.0)

Pregoeira – Comissão Permanente de Pregão II

Matricula: 990.996



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A  
D E S A Ú D E

Gestão de Processos, Contratos e Convênios – SMS.

Processo nº 37492/2025

Objeto: **AQUISIÇÃO, SOB DEMANDA, DE LANCHES E QUENTINHAS.**

### **DESPACHO**

Trata-se de Recurso Administrativo interposto pela empresa KOLOMBU'S EVENTOS E GASTRONOMIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 26.396.909/0001-02, contra a decisão de inabilitação proferida no âmbito do Pregão Eletrônico nº 90.102/2025, que tem por objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição de lanches e quentinhas destinados à Rede Municipal de Saúde.

A empresa foi inabilitada por não ter apresentado balanço patrimonial devidamente registrado na Junta Comercial referente aos exercícios de 2023 e 2024, conforme exigência contida nos itens 18.4 e 18.4.3 do edital.

Nas razões recursais, a recorrente alega que apresentou balanço e demonstrações contábeis assinadas por contador habilitado no CRC, sustentando ainda que, por se tratar de Empresa de Pequeno Porte, seria beneficiário do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, o que dispensaria a formalidade do registro. Argumenta, por fim, que a exigência não constaria de forma expressa no edital e que outros documentos comprovariam sua capacidade financeira.

A Pregoeira da Comissão Permanente de Pregão II analisou o recurso e concluiu pela manutenção da inabilitação, considerando que o edital exige demonstrações contábeis formais e registradas, aptas a comprovar de forma idônea a capacidade econômico-financeira. Fundamentou a decisão na legislação vigente e na vinculação ao instrumento convocatório, sugerindo ao final o encaminhamento dos autos à Procuradoria Geral do Município.

Desta forma, tendo em vista o exarado nos autos, este setor de Gestão de Processos, Contratos e Convênios mantém a decisão da pregoeira haja vista que não foram obedecidos os critério de habilitação elencados nos itens 18.4 e 18.4.3. do Edital, visto que a análise





**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A  
D E S A Ú D E

da documentação bem como a expertise para tal é de responsabilidade da Comissão responsável pelo Pregão em tela.

Cabe também ressaltar que a remessa dos autos a Douta Procuradoria Geral do Município não se faz necessária tendo em vista que a matéria recursal apresentada pela Pregoeira é de natureza eminentemente administrativa e técnica, estando o juízo decisório exaustivamente fundamentado não havendo, neste momento, controvérsia jurídica de alta complexidade ou imperativo legal que torne obrigatório a consulta prévia ao órgão jurídico.

Sendo assim, considerando a necessidade de garantir o regular abastecimento das unidades contempladas e a celeridade na conclusão do certame, encaminham-se os presentes autos à Comissão de Pregão para ciência e adoção das providências cabíveis, tendo em vista a manutenção da inabilitação da empresa **KOLUMBO'S EVENTOS E GASTRONOMIA**.

Nova Friburgo/RJ, 09 de Outubro de 2025.

Assinado por EDUARDO DA COSTA  
DE MENDONÇA MELO 172. \*\*\*. \*\*\*. \*\*  
Prefeitura Municipal de Nova Friburgo  
09/10/2025 16:10:31  
Eduardo da Costa Mendonça de Melo

**Gestão de Processos, Contratos e Convênios – SMS.**

Matrícula 063.345

Ciente e de acordo:

Assinado por GABRIEL COSTA  
WENDERROSCHY 129. \*\*\*. \*\*\*. \*\*  
Prefeitura Municipal de Nova Friburgo  
10/10/2025 10:17:14

Gabriel Costa Wenderroschy

**Secretário Municipal de Saúde**

Matrícula 063.454





**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E  
L I C I T A Ç Õ E S E  
P L A N E J A M E N T O

Comissão Permanente de Pregão II

**DECISÃO DE RECURSO REFERENTE AO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.102/2025**

**Processo Licitatório nº:** 18.796/2025

**Processo Recurso nº:** 37.492/2025

**Referência:** Pregão Eletrônico nº 90.102/2025

**Objeto:** REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual AQUISIÇÃO DE LANCHES E QUENTINHAS, para atender as necessidades de toda a Rede Municipal de Saúde, pelo período de 01 (um) ano.

Trata-se de RECURSO interposto pela empresa **KOLOMBU'S EVENTOS E GASTRONOMIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 26.396.909/0001-02, com sede na Av. dos Ferroviário, nº 140, Duas Pedras, Nova Friburgo/RJ, doravante denominada recorrente, com fulcro na Lei n.º 14.133/2021, tempestivamente, contra os termos do Edital do Pregão Eletrônico n.º 90.102/2025.

Em tempo, informamos que esta Pregoeira e Equipe de Apoio foram designados com base na Portaria nº 631, de 10 de março de 2025, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 10 de março de 2025, que constituiu a Comissão Permanente de Pregão II, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

Cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Recurso Administrativo, conforme comprovam os documentos acostados aos autos.

**I. RESUMO DO PROCESSO**

Em síntese, alegou a recorrente, às fls. 02 a 06:

- a) Que o balanço apresentado, embora não registrado na JUCERJA, estava assinado por contador regularmente inscrito no CRC;

Comissão Permanente de Pregão II

- b) Que, em se tratando de empresa de pequeno porte (EPP), possui regime de tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, em especial no art. 42, tendo direito à simplificação de requisitos e à dispensa de exigências excessivas em documentos;
- c) Que apresentou outros documentos que comprovam sua regularidade financeira, não sendo necessária a apresentação de balanço;
- d) Que o edital não especifica claramente a exigência de balanço patrimonial para EPPs, ferindo o art. 43 da LC 123/2006, que dispõe ser necessária a apresentação de documentos apenas para comprovar a regularidade fiscal, tributária e trabalhista de tais empresas;
- e) Que o balanço registrado é um documento que gera custos adicionais de auditoria ou contabilidade, não sendo razoável sua exigência para EPPs,
- f) Que a recorrente comprovou possuir Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais (DEFIS);
- g) Que nos anos de 2021 e 2022, em função da pandemia de COVID-19, a empresa não teve faturamento;
- h) Que na data de 22/09/2025 foram enviados todos os seguintes documentos, devidamente assinados através da plataforma gov.br: i) balanço patrimonial de 2023 e 2024, ii) demonstração dos resultados do exercício (DRE), iii) demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, e iv) declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, atestando os índices;
- i) Que não há nenhuma exigência relacionada ao registro do balanço patrimonial na Junta Comercial da cidade/estado.

Requeru a recorrente, por fim, a revisão da exigência que determina a apresentação de balanço patrimonial registrado na JUCERJA e a reconsideração da decisão que indeferiu sua habilitação no certame.

A empresa RKV ALIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 34.652.187/0001-20, vencedora do item 09, não apresentou contrarrazões até a data limite de 06/10/2025.

Comissão Permanente de Pregão II

A pregoeira desta Comissão, em seu despacho de fls. 07 a 10, emitiu seu entendimento, consignando:

- a) Que conforme o item 18.4 do edital, a comprovação da habilitação econômico-financeira deve ser feita mediante a apresentação do balanço patrimonial, da demonstração do resultado do exercício e das demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, com a verificação dos índices mínimos exigidos;
- b) Que de acordo com o disposto no item 18.4.3, tais documentos devem observar o limite definido pela Receita Federal do Brasil para a transmissão da Escrituração Contábil Digital (ECD), o que vincula a exigência à regularidade contábil e ao registro do balanço junto à Junta Comercial, conforme o regime jurídico da escrituração empresarial;
- c) Que a norma editalícia exige, portanto, demonstrações contábeis formais e regulares, capazes de comprovar os índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente, assegurando a autenticidade e integridade das informações apresentadas;
- d) Que embora a Lei Complementar nº 123/2006 assegure tratamento diferenciado às ME/EPPs, esse benefício não implica dispensa das exigências de habilitação econômico-financeira quando aplicáveis de forma geral a todos os licitantes;
- e) Que o tratamento favorecido deve ser observado sem afastar a obrigação de apresentar o balanço patrimonial, quando este constitui requisito técnico essencial para demonstrar a capacidade financeira da empresa;
- f) Que a ausência de balanço devidamente registrado e autenticado inviabiliza a comprovação da capacidade econômico-financeira exigida pelo edital, acarretando a inabilitação do licitante por descumprimento das condições editalícias.

Após tal avaliação inicial, o processo foi remetido à Secretaria Municipal de Saúde, requisitante do certame.



SECRETARIA DE  
LICITAÇÕES E  
PLANEJAMENTO

Comissão Permanente de Pregão II

## II. DA ANÁLISE DA SECRETARIA REQUISITANTE

A Secretaria Municipal de Saúde, após análise dos autos, exarou seu parecer de fls. 11 a 12, declarando, em síntese:

- i) Que mantém a decisão da pregoeira, tendo em vista a não observância, pela recorrente, dos critérios de habilitação elencados nos itens 18.4 e 18.4.3 do edital, sendo, portanto, favorável à manutenção da inabilitação da empresa recorrente;
- ii) Que entende não ser necessária a remessa dos autos à Procuradoria Geral do Município, por se tratar de matéria eminentemente administrativa e técnica, não havendo controvérsia jurídica de alta complexidade ou imperativo legal que torne obrigatória tal consulta.

## III. DA DECISÃO DA PREGOEIRA

Considerando todo o exposto nos autos do presente processo, com fulcro na Lei nº 14.133 de 2021, subsidiada pela manifestação da secretaria requisitante às fls. 11 e 12 e, sem nada mais a evocar, **CONHEÇO** do Recurso interposto por KOLOMBU'S EVENTOS E GASTRONOMIA LTDA no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90.102/2025, e, no mérito, **NEGO PROVIMENTO**.

Por fim, informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato em <http://www.comprasnet.gov.br>.

Nova Friburgo, 10 de outubro de 2025.

KARLA BRAGA  
MACHADO:076  
20502769  
Karla Braga Machado  
Assinado digitalmente por KARLA BRAGA  
MACHADO:07620502769  
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Certificado  
Digital PF A3, OU=Videoconferencia, OU=  
30722213000198, OU=AC SyngularID Multipla,  
CN=KARLA BRAGA MACHADO:07620502769  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Localização:  
Data: 2025.10.10 14:46:18-03'00'  
Foxit PDF Reader Versão: 12.0.2

KARLA BRAGA MACHADO

Pregoeira – Comissão Permanente de Pregão II

Matrícula 990.996





SECRETARIA  
DE SAÚDE

Secretaria Municipal de Saúde

Proc. 37492/2025

## DESPACHO

Em atenção aos termos exarados pela Ilma. Comissão de Pregão às fls. 12/15 no processo administrativo nº37492/2025, pugno pelo Indeferimento do Recurso, ora interposto pela empresa KOLOMBU'S EVENTOS E GASTRONOMIA LTDA, acompanhando na íntegra as razões esposadas pelo Ilmo. Pregoeiro, nos termos indicados a Manifestação supramencionada.

Nova Friburgo/RJ, 10 de outubro de 2025.

Assinado por GABRIEL COSTA WENDERROSCHY 129.\*\*\*.\*\*\*.  
Prefeitura Municipal de Nova Friburgo  
10/10/2025 15:50:50

Gabriel Costa Wenderroschy  
Secretário de Saúde  
Matrícula 063.454

